**Ata da Reunião Extraordinária do Gabinete de Gestão Integrado Municipal – GGI/M**

**N° 04/2024 de 15/04/2024**

Ao décimo quinto dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a reunião Extraordinária do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M. Estavam presentes os seguintes Membros: Emanoela Ceron da Rosa (Gabinete do Prefeitura – Prefeitura Municipal de Criciúma); Adriano Batista da Silva (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT); André Borges Milanese (Delegacia Regional de Polícia Civil de Criciúma – 6° DRP); Fausto Brandalise (9° Batalhão de Polícia Militar); Vinicius Marcolim (4° Batalhão de Bombeiro Militar – 4° BBM); Marco Antônio Colombi Zappelini (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção de Criciúma); Helio Damian Filho (Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa); Renato Bastos (Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI/UNESC); Alcides José Pirolla (Rotary Club de Criciúma); Zulma Nascimento Guidi (Secretaria Municipal de Educação); Katiane Figueredo (Secretaria Municipal de Saúde); Rita de Cassia Bergmann (Associação Feminina de Assistencia Social de Criciuma – AFASC); Marlon Laurentino Machado (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil); Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação); Diego João Fermiano (Departamento de Administração Socioeducativo – DEASE); E **convidados:** Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência social); Luciana Colombo de Freitas (Secretaria de Assistência social); Alexsandra Stols Pelegrim (Secretaria Municipal de Educação); Deivid Freitas (Secretaria Municipal de Saúde); Ana Cristina Soares Flores Youssef (Procuradoria-Geral do Município de Criciúma); Simone Feltrin da Rosa (Bairro da Juventude); Pauline Paula (Hospital São José); Maristela Guglielmi (Pastoral do Povo de Rua); Leila Cristina Rezende Ferrari (Centro Pop); Matheus Sant’Ana Pacheco (Gerência de Gestão de Projeto – GEPROJ); Amauri Madeira (Fiscal PMC) O Coordenador-Geral Marlon Machado, iniciou a reunião deste gabinete, saudando e agradecendo pela presença de todos. Iniciou sua fala, abordando a qual tem como um de seus principais objetivos, a discussão sobre a reativação do comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento para as pessoas em situações de rua, no município de Criciúma. Continua sua fala, questionando os convidados a qual deram início do projeto no ano de dois mil e vinte e um de como o projeto funcionava, para realizar a reativação deste comitê a qual tem muita importância para o município. Sendo assim, o mesmo retornou a fala à convidada senhora Leila Cristina Rezende Ferrari (CENTRO POP) colocando que o comitê foi constituído aproximadamente em dois mil e doze à sua primeira edição no município de Criciúma. Em dois mil e dezoito teve uma movimentação para que este comitê tivesse sua reativação, mas sem respostas. Já no ano de dois mil e vinte um foi conseguido por fim, fazer a nomeação das pessoas, das secretarias e das sociedades civis, a qual foi concretizado até o ano de dois mil e vinte e três, relatou a convidada, que ainda precisa-se neste ano de dois mil e vinte e quatro fazer uma nova eleição. A convidada cita que o comitê tem algumas competências lógicas que precisam ser levadas em consideração. Coloca também que trouxe alguns materiais, incluindo a cartilha na qual foi publicada pelo estado, pelo atendimento a pessoas em situações de rua, trouxe também na presente reunião, a cartilha que foi publicada pela defensoria pública do estado, falando sobre essas pessoas em situação de vulnerabilidade e questiona as demais entidades sobre o que podemos e devemos fazer para que o projeto se efetive no nosso município. Coloca também que o comitê tem como objetivo elaborar plano de ação periódico, com detalhamento das estratégias de implementação política municipal da população em situação de rua, especialmente enquanto as metas e objetivos às responsabilidades. A mesma, expõe que deveria ser feito como sugestão de urgência, um grupo de trabalho para se tratar e se informar sobre essa política. A convidada coloca que já tem um modelo de decreto para ser feita essa política e mais alguns documentos recebidos do estado, para o atendimento da cartilha das pessoas em situações de rua. Deve-se também acompanhar e monitorar o desenvolvimento da política municipal, desenvolver em conjunto com os órgãos municipais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação dessas ações políticas municipais para a população de rua. Hoje temos o RMA (Registro mensal de Atendimento) que aborda todos os atendimentos das secretarias, especificamente para o CRAS, CREAS e CENTRO POP, realizando toda a abordagem e pré diagnóstico. Desde de onde a pessoa veio, até o questionamento de uso de drogas. A mesma lembra que o estado não tem um diagnóstico pronto, em consequência a isso, precisaria de uma empresa contratada para que se faça esse tipo disgnóstico. O que temos HOJE disponível é o pré-diagnóstico com os indicadores que temos durante o mês a qual nós atendemos. Outra situação, seria propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas municipais, para o atendimento das pessoas em situações de rua. “Por quê que tem que ser a articulação?” Porque não é somente o social que tem que realizar o atendimento da população em situação de rua. “Por quê população em situação de rua e não morador de rua?” Porque é uma situação que espera-se que seja transitória, na qual ele está em uma situação de movimento, mas que de acordo com a situação a essas políticas, a qual pode ser momentânea ou não. A convidada continua, e diz que no CENTRO POP foi recebido a comissão dos Direitos Humanos, na qual abordaram sobre a correlação a moradia da população em situação de rua na qual não tem em nenhum lugar do país, salva-se um ou dois municípios. Sabendo que o governo federal, tenha uma proposta para isso de moradias de baixo custo para a população em situações de rua, a lei foi lançada, porém não efetivada, em resultado disso, temos somente a proposta. Outra questão, seria o lançamento de cursos profissionalizantes gratuitos de curto prazo, para que essas pessoas sejam encaminhadas ao mercado de trabalho, a qual precisa-se da articulação para resolução do projeto, porque de forma só, a prefeitura não se faz competente ao trabalho proposto. Outras propostas, seriam proporcionar formas e mecanismos para a divulgação das políticas públicas para a população em situação de rua, instituir grupos de trabalhos temáticos em especial para discutir as desvantagens sociais dessa população, acompanhar a implementação da política municipal para população em situação de rua em âmbito local. Organizar periodicamente encontros para avaliar e formular ações para a consolidação da política municipal, deliberar sobre a forma de condução das formas de trabalhos e seus regimentos. A convidada Leila, lembra aos demais que já existe um regimento, na qual já foi corrigido no ano de dois mil e vinte e um, na época foi feita uma grande reunião para a discussão. A mesma cita que em dois mil e dez, foi-se feito uma grande pesquisa da população em situação de rua, a qual quem encabeçou o projeto foi a Mariela Paseto que hoje exerce o cargo de Assistência Social do CREAS, com a equipe de educadores sociais que estavam presentes, para a implementação do CENTRO POP. Conselheira Leila fala que o CENTRO POP foi implantado no Pinheirinho, pelo simples fato de que a maioria das populações em situação de rua estava concentrada era na praça Maria Rodrigues. Na qual o projeto tinha como inicialização ser ao lado da rodoviária central. A mesma fala que tinha um efetivo muito grande de educadores sociais na rua para lidar com essa população e desde então foi feito um levantamento para decidir aonde que seria a fundação do CENTRO POP, onde foi decidido e inaugurado em dois mil e doze onde iniciou os atendimentos para a população em situação de rua em local específico para o oferecimento de serviços de apoio como banho/alimentação/encaminhamento de documentação/encaminhamento de saúde, e ultimamente junto com a abordagem estamos fazendo o encaminhamento às comunidades terapêuticas desde que o indivíduo queira por livre e espontânea vontade. A convidada fala que há três tipos de internações, a voluntária, compulsória e a involuntária, fala também que o município está estudando sobre uma internação humanizada, que é justamente o fato de que somos nós que trabalhamos com essa população, já vimos umas pessoas definharem nas nossas frentes, então tem que se pensar em uma solução a curto/médio prazo na qual se compete a gestão municipal e a participação da sociedade civil neste comitê, pelo fato das visões diferentes,, da sociedade, para estas pessoas em situações de rua. Que é diferente das pessoas que atendem e dão suporte. E a mesma fala que quando se formou em Assistência Social, não só recebeu um diploma, mas também recebeu o dever, da defesa e garantia de qualquer cidadão, estando a disposição a quem precisar. Este é o nosso papel enquanto assistência social no município. E sobre isso, ainda tem um alto grau de pessoas com vulnerabilidade, muitas não tem nenhum tipo de vínculo familiar, principalmente os que estão a mais de três anos em situação de rua. A convidada Leila, relata que há pessoas a mais de quinze anos nessas situações de vulnerabilidade e continua sua fala dizendo que é muito mais fácil trabalhar com pessoas que estão chegando agora, para realizar esta reaproximação familiar e até mesmo um tratamento pela drogadição, trazendo e disponibilizando para as pessoas, oportunidades de trabalho, do que as pessoas que já estão a mais de cinco anos na rua e já tem a rua como a sua casa, pelo senso de liberdade e falta de responsabilidade e é totalmente ao contrário, porque você têm a grande responsabilidade de se manter vivo e uma falsa enganação sobre liberdade, porque você é vigiado constantemente. Então com esse pensamento, nós precisamos agir e trabalhar. O comitê vem exatamente para isso, não somente a gestão, mas também a sociedade civil e as forças de segurança que se forem precisas estarão juntas a nós. A convidada coloca em citação uma fala do Comandante Mário Luis Silva da Polícia Militar, que achou de extrema relevância “O que é de Segurança Pública, quem resolve é a Segurança Pública e a justiça brasileira.” Não dá de dizer que todos que estão na rua são santos, sem nenhuma criminalidade por trás, porque a maioria não é, nós sabemos com quem estamos lidando, e quem decide seus procedentes é a segurança pública e judiciário e coloca “Nós do social não temos esse poder de abordar e prender como a segurança pública, então o trabalho é de competência dos mesmos.” Sobre a questão da saúde e drogadição, “Quem é que trata a saúde?” a Secretaria Municipal da Saúde. O que nós podemos fazer, é esse encaminhamento para as casas terapêuticas e também as internações quando se fazem de extrema necessidade. Então nós como entidade, temos que ter essa parceria, tanto a saúde, quanto a segurança pública. O Social trata, do apoio, do banho, da alimentação, da documentação, do encaminhamento para um trabalho. Já a saúde envolve a internação quando necessária, tratamento ambulatorial quando necessário, a equipe do consultório na rua, que hoje não se faz presente no município mas que é de imensa importância para o município, pois disponibiliza psicólogas, assistente social, enfermeiros, técnicos de enfermagem, técnicos bucais, e eles fazem esse primeiro atendimento diante á essas pessoas e depois seguem na sequência. A condução do saneamento de saúde, são exclusivamente direcionados á secretaria de saúde, por isso é feito esse primeiro atendimento “Eu sei que tudo isso é muito difícil, as condições são urgentes, mas nós precisamos entender acima de tudo, que essas populações que estão em situação de rua, não estão ali porque escolheram. Todos os dias nos recebemos pessoas de todos os lugares, como Rio Grande do Sul, Paraná e o restante do Estado de Santa Catarina para o nosso município de Criciúma, buscando uma melhor qualidade de vida, já que o nosso município tem uma visibilidade muito favorável, pelas condições de trabalho e de vida. Nós estamos vivenciando hoje no nosso município, o recebimento imenso dessas pessoas, na qual no dia presente, não se há vagas para o acolhimento dessas pessoas. Então a partir disso nós precisamos pensar com clareza. A mesma também destacou que a Secretaria Municipal de Educação tem um papel fundamental, já que existem pessoas que vem com a baixa escolaridade para cá. Diante dessas situações tudo precisa-se ser pensado, elaborado, discutido, alinhado e colocado no papel. Não temos certeza se sairá um resultado rápido, nós sabemos da nossa boa vontade de aplicar a legislação, mas infelizmente não depende só de nós. Precisamos saber se essas pessoas também vão querer ser ajudadas, através do que nós achamos que é o certo. Então esse conhecimento é necessário levar em consideração, pois é um trabalho árduo, um trabalho difícil, mas nós podemos levar para a reunião do comitê. Hoje no CENTRO POP se tivermos dez agasalhos, é muito. Questão simples, mas situação que vamos começar a enfrentar a partir agora da entrada do outono/inverno, que cujo o município não tem condições, para ajudar e colaborar para essas pessoas. Já as grandes situações, seria aumentar o número de vagas para o acolhimento na qual vem como proposta interessante. Seria interessante também efetivar e formalizar a política pública municipal para o atendimento da população em situação de rua. Trazer o consultório na rua, para atuação. Então só por aqui, eu poderia lincar para vocês as principais e primeiras possibilidades deste comitê e como nós resolveríamos tudo isso. A Polícia Militar por exemplo, é uma grande parceira que o CENTRO POP têm, assim como a polícia civil do segundo DP que é do Pinheirinho, a qual onde nós pertencemos. Diante disso, as pessoas da sociedade falam muito sobre todos os assuntos, mas somos nós que trabalhamos diariamente quarenta horas por semana, cinco dias por semana e estamos ali na hora do sufoco. Estendo aqui meu imenso agradecimento ao Corpo de Bombeiros, porque quando se trata de pessoas em situação de rua, eles são os primeiros que fazem a frente. Polícia Civil, muito obrigada, Polícia Militar, muito obrigada, Defesa Civil, muito obrigada, quero estender meus agradecimentos a todos que nos ajudam e nos auxiliam quando precisamos. Por essa e mais inúmeras questões, se faz necessário articulações com todas as instituições. Hoje no CENTRO POP passam duzentas e cinquenta pessoas por mês e em média de trezentos a trezentas pessoas em situação de rua no município de Criciúma, por isso se faz necessário o diagnóstico completo.” Encerra sua fala, a convidada Leila. O Coordenador-Geral Marlon agradeceu a fala da convidada destacando que foi muito bem apresentado o Comitê e destaca que: acredita que têm que ser elaborado a distribuição e deveres, se não acabaríamos ficando sempre no mesmo lugar, somente fazendo a abordagem sem saber para aonde fazer os encaminhamentos, sendo assim deixando a desejar. A Conselheira Katiane Figueredo, da (Secretaria Municipal de Saúde) destacou que: com a última ação que foi realizada no Pinheirinho, nós pedimos para o Consultório na rua ir até o local, e obtivemos problemas com eles, inclusive identificamos que a equipe que se fez presente não tinha perfil algum para o trabalho. Mas, em nenhum momento pensamos em desfazer esta parceria, pois sabemos como é de importância para o município. Então como gerente da saúde mental, nós estamos reestruturando com o secretário de saúde. Então esperamos que até o dia dois de maio, já tenhamos uma nova equipe pro consultório na rua, porque somos parceiros, e assim agradeço também ao social a qual estamos trabalhando sempre em conjunto e aceito muito a ajuda de vocês se referindo a convidada Leila, dá pra se ver que você tem uma vasta experiência, por isso agradeço.” Finaliza a conselheira Katiane Figueredo. O Coordenador-Geral Marlon retoma sua fala, agradecendo as palavras da Conselheira. A convidada Leila retoma e destacou que no ano de dois mil e vinte um á dois mil e vinte e três, o comitê foi formado por sete cadeiras governamentais e sete cadeiras civis, então creio que se faz necessário e redundante a quantidade igualitária a anterior. O Coordenador-Geral expõe que tem em mãos a lista de representantes e o mesmo acredita que todos ficarão muito satisfeitos em ajudar este comitê, para que logo seja reativado. Entrando em outro ponto de pauta, fala-se sobre a organização da operação dignidade do dia dois de maio de dois mil e vinte e quatro, e questiona os participantes se há alguma ideia sse os mesmos têm algo a acrescentar sobre a operação. O membro André Borges Milanese (Delegacia Regional de Polícia Civil de Criciúma – 6° DRP) solicitou sua fala dando início ao cumprimento a todos onde relatou que referente a operação anterior, todas as entidades se fizeram presente e se tornou algo confuso e até engarrafou em vários momentos. Então o mesmo crê que se faz necessário a montagem de equipes para ter mais agilidade e efetividade na operação. Falou sobre o horário, a qual achou interessante o horário continuar ás seis da manhã, igualmente à operação anterior. A convidada Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência social) questiona o Coordenador-Geral Marlon qual é o grande propósito e objetivo dessa operação e o Delegado André Borges Milanese (Delegacia Regional de Polícia Civil de Criciúma – 6° DRP) a responde: “O grande objetivo tem como reforçar a segurança pública da sociedade, a qual fica preocupada com a população em situação de rua e também a identificação se não há nenhum foragido ou outro tipo de situação, para que a polícia se faz presente para dar o suporte necessário e imediato.” O Coordenador-Geral relembrou aos membros, que a operação do dia dois de maio, já havia sido marcada para ás cinco horas da manhã e afirma que irá manter o horário, com saída da Prefeitura Municipal de Criciúma. Conclui também que se há efetivos, dá-se para fazer a criação de três à cinco equipes, contando com a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social para estar realizando a triagem. O Convidado Amauri Madeira (Fiscal PMC) solicitou a fala onde cumprimentou aos demais membros e relatou que já participou como coordenador na casa de passagem, o qual hoje é conhecida como República Acolhendo com Esperança, relata que trabalhou também como oficial de justiça e na parte da penitenciária. O mesmo colocou que tem experiência com pessoas em situação de rua. E cita: “A gente já cansou de somente acordar as pessoas e mandar para o centro para comer, nós temos que ter uma atitude. Na época, nós fazíamos abordagens e dava resultado, abordávamos diversas pessoas que vinham do Senegal para a venda de mercadorias. Qual seria o nosso propósito aqui? Fazer esse encaminhamento de volta às cidades delas. Ressaltou Amauri. Nós não podemos ficar acolhendo todo mundo, pois, temos que ajudar as pessoas que são da nossa cidade. Então, vir aqui falar palavrinhas bonitinhas pra falar em um ouvido e sair pelo outro só para agradar, sem ter atitude nenhuma, estamos colocando a mão na cabeça e não estamos fazendo nada, nós temos que ter uma coisa concreta, nós temos que colocar eles no dia a dia. Não estamos aqui para fazer mídia, estamos aqui para solucionar os problemas que tem acontecido. Diversos casos ocorrendo em padarias e comércios e ninguém faz nada. É uma situação difícil. Eu não sei da onde vamos tirar pessoas pra ajudar tanto no centro, quanto na Próspera, quanto no Pinheirinho. Nós temos que melhorar essa situação. Afirma o convidado Amauri. O mesmo relatou também que no dia presente, encontrou um menino com deficiência mental a qual pediu dinheiro emprestado para outra pessoa e mesma falou que se o dinheiro não fosse devolvido até o meio dia, ela ia mandar outros homens “pegarem” ele. E o convidado questiona “Quem vai cuidar disso? Aonde vamos levar esse menino?” e afirma: “Ou nós tomamos uma atitude ou vamos ficar sempre na mesmice”. A convidada Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência social) pediu a fala e respondeu ao Amauri: “Quando uma pessoa se encontra em situação de rua, ela é a responsabilidade do local onde ela está, independente da onde ela veio. Então quando uma pessoa aqui em Criciúma se encontra em situação de rua, elas são de nossa responsabilidade. Tudo isso que o senhor falou eu acredito, que você vivencie isso diariamente e é exatamente por isso que nós estamos aqui hoje, para encontrarmos soluções para essas situações. População em situação de rua, existe em todos os municípios e países, toda sociedade enfrenta. Diante disso, nós estamos aqui para encontrar soluções através da rede socioassistencial e através também da rede intersetorial do município. Nós da Assistência Social, estamos aqui pra defender a política de direitos, e o que cabe a nós nessas situações é fazer a abordagem social a esses cidadãos.” Finaliza sua colocação a convidada Edla. O membro Fausto Brandalise (9° Batalhão de Polícia Militar) iniciou sua fala saudando os demais convidados e destaca: “Sobre essa questão mais em específico, nós temos uma legislação a qual devemos seguir. A ideia do amigo Amauri Madeira é boa, mas não é legal. O encaminhamento dessas pessoas para o seu local de origem, ou seja, a gente desoneraria a cidade de Criciúma, por ser uma ótima cidade. Então a ideia seria uma mudança legal para que a gente possa encaminhar esse pessoal para o seu local de origem, com consequente a resolução de muitas coisas, ou seja, conseguiríamos dar uma maior atenção para o nosso pessoal do município e cada município se organizaria para cuidar do seu problema.” Cita o membro Fausto Brandalise. O mesmo falou também sobre a questão da Operação Dignidade, falando que disponibilizará três viaturas para os grupos para a mobilidade dos envolvidos. E se caso aparecer mais equipes, estamos dispostos a ajudar. O membro Adriano Batista da Silva (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT) pediu a fala e saudou os demais membros, convidados e coordenador, falando da sua felicidade em estar participando do GGI-M e cita também que acha extremamente importante essas ações para a sociedade e como um acordo para as forças de segurança, o que estiver no nosso alcance da diretoria de trânsito, através dos nossos agentes, a gente está disponível pra podermos ampliar o projeto. O mesmo exemplifica uma situação, a qual deliberou uma viatura no bairro Pinheirinho no horário das quinze horas da tarde até as vinte e três horas. Além de toda parte de trânsito na área, a gente cuida as redondezas da Unesc, dando todo suporte para o trânsito seguro. Finalizou agradecendo a sua colaboração. O Coordenador finaliza com seus agradecimentos aos membros presentes. E assim sem mais a ser tratado, deu por encerrada a reunião, e eu, Ana Paula Lemos, lavrei-a presente ata, que após lida e aprovada, será por todos os presentes assinadas.

Emanoela Ceron da Rosa (Gabinete do Prefeitura – Prefeitura Municipal de Criciúma);

Adriano Batista da Silva (Diretoria de Trânsito e Transporte – DTT);

André Borges Milanese (Delegacia Regional de Polícia Civil de Criciúma – 6° DRP);

Fausto Brandalise (9° Batalhão de Polícia Militar – 9°BPM);

Vinicius Marcolim (4° Batalhão de Bombeiro Militar – 4° BBM);

Marco Aurélio Colombi Zappelini (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Subseção de Criciúma);

Helio Daamian Filho (Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa);

Renato Bastos (Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI/UNESC);

Alcides José Pirolla (Rotary Club de Criciúma);

Zulma Nascimento Guidi (Secretaria Municipal de Educação);

Katiane Figueredo (Secretaria Municipal da Saúde);

Rita de cassia Bergmann (Associação Feminina de assistência Social de Criciúma – AFASC);

Marlon Laurentino Machado (Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil);

Nei Alan Martins (Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação);

Diego João Fermiano (Departamento de Administração Socioeducativo – DEASE).